ESCOLARIZAÇÃO E OPORTUNIDADE DE TRABALHO: UMA PEQUENA REFLEXÃO SOBRE UM EQUÍVOCO COMUM

Matheus Fernandes de Castro

Faculdades Integradas de Ourinhos/ UNESP-Assis, SP.
Correspondência - castro.mf@hotmail.com

RESUMO
Este artigo pretende tratar de uma ligação corriqueira que se faz sobre a escolarização e o tipo de trabalho que se pode alcançar. Em duas pesquisas que realizamos, uma com os mototaxistas de Assis, no interior do estado de São Paulo – sob o referencial teórico e metodológico da Psicodinâmica do Trabalho –, e outra com os motoboys na cidade de São Paulo – sob um referencial metodológico etnográfico –, pudemos notar como esta relação era utilizada pelos profissionais para explicar sua vinculação e permanência dentro destas atividades tão precárias e tão perigosas para quem as realiza. Essa conexão favorece a autoculpabilização dos trabalhadores por sua situação no mercado de trabalho e uma dificuldade de vislumbrar qualquer alternativa à esta realidade. Intencionamos contribuir com esta discussão para mostrar uma possível hipótese de como se estabeleceu esta relação (escolarização/acesso ao trabalho) e mostrar como as transformações no contexto político e econômico do país e do mundo, contribuiram para a diminuição dos postos de trabalho, aumentando o número de trabalhos precários e o desemprego.
Palavras - chave: Trabalho, Educação, Desemprego

EDUCATION AND OPPORTUNITY TO WORK: A LITTLE REFLECTION ON A COMMON MISCONCEPTION

ABSTRACT
This article intends to deal with an ordinary link it does on education and type of work what can be achieved. In two studies we conducted, one with the motorcyclists of Assis, in the state Sao Paulo - under the theoretical and methodological Psychodynamics of Work -, and another with the couriers in São Paulo - under a methodological framework ethnographic -, as we noted this relationship was used professionals to explain their connection and within these activities remain so poor and so dangerous for this group. This connection self cupabilization favors workers by their situation in the labor market and a difficult see no alternative to this reality. Intend to contribute to this discussion show a possible hypothesis as established this relationship (education / access to work) and show how the changes in the political context and economic environment and the world, contributed to the reduction of jobs, increasing the number precarious jobs and unemployment.
Keywords: Work, Education, Unemployment

QUANTO MAIS ESCOLARIZAÇÃO, MELHORES OPORTUNIDADES DE TRABALHO

Este trabalho pretende tratar sobre algumas ligações feitas pelos mototaxistas da cidade de Assis e pelos motoboys[1] de São Paulo – com quem convivemos, respectivamente, em nossa pesquisa de mestrado e doutorado –, sobre a relação entre dois temas muito importantes dentro de nossa sociedade: educação e trabalho. Gostaríamos de refletir sobre alguns discursos que consideramos equivocados e que, por isso, dão manutenção ao que julgamos, uma certa mentira (falácia), ou melhor, levam a uma interpretação parcial sobre a realidade do desemprego e do trabalho precário – que atinge a um grande contingente populacional em nosso país e, por que não dizer, no mundo – vinculando-a exclusivamente a uma equação equivocada que habita o imaginário de algumas pessoas: quanto maior minha escolarização, maior minhas chances de conseguir um emprego. Dizemos que esta equação é parcialmente falsa, pois não podemos negar que a capacitação seja um requisito importante no mercado de trabalho neoliberal em que vivemos, mas sabemos também, que outras questões estão por traz do aumento do desemprego e dos postos de trabalhos precários que vimos, principalmente nas últimas duas décadas, em nosso país.

Estes discursos aos quais chamamos de equivocados promovem por parte dos próprios trabalhadores uma auto culpabilização por sua condição precária de ingresso no mundo do trabalho: acreditam que por não terem estudado o suficiente (critério deles), não conseguem encontrar uma boa colocação no mercado. Esta explicação, que julgamos parcial, não pode ser entendida simplesmente como uma falta de cultura ou de conhecimento das pessoas que a reproduzem, mas também, como a reprodução de uma ideologia neoliberal que busca ocultar os conflitos e a situação de exclusão de parcela significativa de nossa sociedade ao afirmar uma falsa igualdade de oportunidades individuais, bem como, afirmar a possibilidade de uma relação simétrica entre os postulantes a um posto trabalho e o mercado.

Para realizar a tarefa a que nos propusemos, iremos dividir este artigo em três partes. Na primeira parte trataremos de apresentar como nos deparamos, em nosso trabalho de campo, como pesquisadores, com a ligação feita corriqueiramente sobre os problemas do trabalho e a escolaridade dos trabalhadores. Na segunda parte

[1] Apenas a título de um pequeno esclarecimento aos leitores, podemos dizer que os Mototaxistas são profissionais que transportam, em suas motocicletas, pessoas e coisas, enquanto o Motoboys transportam, somente, coisas. Obviamente, esta pequena explicação não pode ser considerada e, também, não se pretende, uma definição, serve apenas como uma caracterização simples e rasa de suas principais atividades.

trataremos de mostrar como a nossa educação se desenvolveu de forma tecnicista, ou seja, voltada para o trabalho e como isso facilita a ligação que se estabeleceu entre escolarização e trabalho. Na terceira parte tentaremos construir, a partir da organização política e econômica que estamos vivendo, outra possibilidade de compreensão para a questão do desemprego que não seja tão parcial e perversa quanto à equação entre trabalho e escolarização mostrada acima. Através dessa forma de abordar o assunto, esperamos contribuir para uma discussão mais justa sobre o motivo de muitos trabalhadores não conseguirem ter um emprego ou pelo menos algum tipo de trabalho que julguem digno.

UMA DURA EXPLICAÇÃO PARA UMA DURA REALIDADE

Durante o campo de minhas pesquisas de mestrado e doutorado, pude notar que os trabalhadores tinham certas teorias para explicar o fato de se dedicarem a uma profissão que eles diziam não ter escolhido, sendo apenas uma alternativa ao desemprego. Dentro desta gama de explicações, uma delas me chamou muito a atenção por sua freqüência e pela forma como ela permitia que eles se culpabilizassem pela precariedade de suas situações de trabalho: uma dura explicação. Corriqueiramente, justificavam sua vida profissional – exercendo uma profissão que eles não têm muita ou nenhuma afinidade e que muitas vezes consideram perigosa, ingrata e depreciativa: uma dura realidade –, pelo fato de terem alcançado um baixo grau de escolarização.

Motoqueiro Denílson

> Porque o estudo hoje pra uma pessoa é tudo, se você não tiver um estudo você não é ninguém, [...] Então você tem aquela força de vontade, você não escolhe o serviço. Porque você não tem estudo então o que aparecer você tem que pegar. [...] Porque é igual eu expliquei pra você, se você não tem um estudo você tem que apelar pra isso daí você tá entendendo. [...] Enquanto eu não arrumar um emprego, igual eu falei pra você um emprego fixo, o jeito que tem é ficar trabalhando aqui...

Motoqueiro Cláudio

> Você vai aqui... e pela falta de estudo você nunca consegue um serviço que tem um bom salário. Eu acredito que ninguém quer ser moto taxista, na verdade, na minha opinião, eu acho que não. Ninguém é moto taxista porque quer, é a situação que obriga a pessoa a ser. No caso todo mundo gostaria de ter outro emprego né, eu creio que sim, né.

Na fala desses dois mototaxistas fica evidente a equação que estabelecem entre sua escolarização precária e a precariedade de suas escolhas profissionais e de seus postos de trabalho: realizam uma atividade que, segundo eles, ninguém gostaria de realizar, mas devem se manter assim, por esta profissão ser a única alternativa que encontraram frente ao desemprego, já que acreditam não possuir uma escolarização que lhes permita ocupar melhores postos de trabalho. Entre os motoboys, encontramos relatos semelhantes sobre os motivos de sua permanência em uma atividade ainda mais arriscada que a dos motoqueiros de Assis. Durante uma conversa com um motoboy que me contava que fazia este tipo de trabalho, pois gostava de se sentir livre, de não ter que ficar trancado oito horas por dia dentro dos muros de uma fábrica, um de seus colegas de profissão se irritou e disse:

Motoqueiro Eduardo

> Você acha que, se os caras tivessem emprego na fábrica ganhando o que ganha aqui, eles iam continuar na rua com o risco de ser assaltado e de acabar aleijado? Eu não concordo com essa história de que o motoboy não consegue voltar pra dentro de uma empresa porque se sente preso, porque tem patrão controlando horário, essas coisas. Os caras voltam pra rua porque não têm instrução. Um cara que tem quarta série, você acha que vai ganhar quanto, por aí?

Eduardo, em sua fala, faz questão de deixar claro que não acredita em outros motivos para que as pessoas se sujeitem aos perigos de uma profissão como a sua, a não ser pela impossibilidade de encontrar algo melhor para fazer. E para ele, esta impossibilidade está intrinsecamente ligada à falta de escolarização. Portanto, para muitos o fato de sonharem com a possibilidade de ascender a uma vida melhor através, de uma possibilidade melhor de trabalho, passa, necessariamente, pela obrigação de voltar aos estudos.

Motoqueiro Renato

> E é o que penso hoje. Se eu voltar a estudar hoje e... e a batalha vai ser difícil... queria ser advogado. [...] se Deus quisé, ano que vem eu vou voltar a estudá. Nem que eu me forme com cinquenta anos, mas eu volto. É o modo pra mudar de vida né... num tem outro jeito.

Esta ligação que fazem os aprisiona em uma realidade extremamente difícil, pois se sentem os únicos responsáveis pelas dificuldades que enfrentam diante do trabalho e da vida: a equação quanto maior a escolarização, melhor meu posto de trabalho, aprisiona aqueles que não têm estudo em uma culpa, que para muitos, é extremamente

difícil de redimir e para outros, impossível. Diante das dificuldades financeiras destes profissionais, que ganham baixos salários, bem como, de uma carga horária de trabalho que, na maioria das vezes, não é fixa e de seus compromissos com a renda familiar, alguns motoqueiros não acreditam que poderiam voltar a estudar. Além de se sentirem culpados, se mostram resignados com sua situação, pois reconhecem a dificuldade que teriam para pagar as mensalidades das escolas (principalmente as de nível superior) ou que o tempo que dispensariam com sua educação, seria incompatível com a realidade de suas jornadas de trabalho[2].

Motoqueiro Emílio

> Na época a faculdade era difícil, e conciliar família, emprego e escola é uma coisa, é um tabu muito difícil, ainda hoje é difícil...

Motoqueiro Denílson

> Ah, a modo do outro, eu tenho vontade né, mais a dificuldade é grande. Vontade você tem, toda vida. Nem que for pra quando ficar velho você fazer aquilo que você tinha vontade de fazer. É melhor hoje em dia você ver seus filhos né, tentando fazer aquilo que você não pode fazer.

Se pensar em voltar a estudar, para alguns, é um sonho que vai se delineando como algo impossível de ser realizado, o fato de imaginar que seus filhos podem fazê-lo, se torna uma reconfortante esperança. Estes conseguem projetar nos filhos a perspectiva de um futuro melhor, justamente porque acreditam que seus filhos conseguiram, ou estão conseguindo, ou conseguirão um grau mais alto de escolaridade[3].

Motoqueiro Bruno

> ...ela tem um ano e cinco meses.[...]Tenho, se Deus quiser eu pretendo trabalhar até, se Deus quiser, colocar ela numa faculdade, fazer uma faculdade. Esse é o maior sonho que eu tenho pra ela hoje eu não sei quando ela crescer o que ela vai querer ser, seguir outra coisa, ou... Mais eu pretendo se Deus quiser colocar ela numa faculdade.

Motoqueiro Humberto

> Eu vou falar a verdade, a única coisa que eu espero é arrumar um serviço parar com esses moto táxi, viver né! Criar a molecada né, dar

[2] Na época de realização desta pesquisa com os mototaxistas, no começo da década de 2000, eles impunham sua jornada em relação a um ganho de R$ 20,00 o que era suficiente para pagar a agência (R$ 5,00) abastecer a moto e levar alguma renda para as despesas domésticas. Isso fazia com que trabalhassem durante as horas que fossem necessárias para alcançar este ganho, podendo durar o período da manhã, da tarde, da noite e, por vezes, a madrugada.

[3] Um fato interessante é que a qualidade da escolarização não entra em pauta nestas projeções que fazem sobre um futuro melhor que seus filhos teriam se alcançarem um maior grau de escolarização. A lógica equivocada se mantém: se eles tiverem ou porque estão tendo, ou ainda, porque terão uma maior escolaridade que seus pais, conseguirão uma melhor colocação no mercado de trabalho.

> estudo pra eles essas coisas!

Infelizmente, para alguns motoqueiros, devido a grande dificuldade financeira que enfrentam por viverem com uma renda quase sempre insuficiente, nem mesmo esta possibilidade de projeção de um futuro melhor, através da realização profissional dos filhos, é possível. Muitos temem pelo futuro dos mesmos, e expressam certa descrença em garantir que eles tenham a possibilidade de conseguir entrar numa faculdade, ou então, de se manterem estudando nela, seja esta pública ou privada.

Motoqueiro Cláudio

> Então hoje eu não tenho condições de chegar numa faculdade, nem mesmo as minhas filhas. Hoje eu vejo que não tenho condições de pagar uma faculdade pra elas; nem pra elas que estão começando hoje, imagine pra mim que já estou já quase no fim de carreira![...] Porque eu tenho certeza que do jeito que eu estou hoje eu não consigo pagar faculdade pra elas.[...] Porque o sonho de todo pai é ver seu filho estudando. A minha filha do meio mesmo tem o sonho de ser médica veterinária só que a gente não tem condições de pagar uma faculdade de veterinária pra ela. Não sei o que vai ser do futuro dela.

O fato de alguns não acreditarem poder garantir uma melhor escolarização para os filhos se mostrava como algo muito angustiante durante as entrevistas ou nossa convivência com esses trabalhadores, já que percebiam isso como uma quase condenação para o futuro daqueles. A equação (escolarização/trabalho) se perpetua para o futuro e nenhuma outra solução se apresenta como possibilidade de mudança para estas pessoas: questões políticas, as transformações no mundo do trabalho, os problemas nas relações sociais entre tantas outras coisas, não são levados em consideração nesta teoria explicativa da realidade.

Se esta explicação para o trabalho precário e para o desemprego já nos parece uma teoria parcial da realidade, por responsabilizar unicamente os trabalhadores por sua sorte no mercado de trabalho, podemos afirmar seu equívoco olhando ainda mais para dentro das próprias categorias com que trabalhamos. Conhecemos, nestas pesquisas, mototaxistas e motoboys com diplomas universitários e que mesmo assim não conseguiam encontrar uma possibilidade melhor de inserção profissional. Este fato pode impressionar algumas pessoas, mas nos possibilita compreender que existem muitas outras coisas que devem ser levadas em consideração para se explicar a atual situação

do mercado de trabalho. Estes profissionais justificavam o fato de estarem trabalhando como mototaxistas, ou motoboys, pela dificuldade que os jovens enfrentam atualmente diante das exigências feitas aos que pretendem conseguir um emprego.

Motoqueira Laura

> Tão, tão muito difíceis, eu mesmo já coloquei currículo na cidade inteira até agora não consegui emprego. Hoje em dia as pessoas pra arrumar emprego exigem uma aparência sua, boa conversação, então não é uma experiência de serviço só que não dão a o oportunidade pra nós termos a experiência, como você vai entrar no serviço? Eu mesmo nunca tive outra experiência que me ajudasse no currículo.

O relato de Laura nos aponta como as exigências para conseguir um emprego são, na maioria das vezes, pouco coerentes. Entretanto não nos interessa nesse trabalho discutir quais são as exigências ou as qualidades que as pessoas devem ter para conseguir um trabalho, mas sim pensar por que as pessoas facilmente estabelecem o vínculo entre escolarização e trabalho, pautados na equação explicitada acima (quanto maior minha escolarização, maior minhas chances de conseguir um emprego) e apontar outras causas possíveis para as dificuldades enfrentadas pelas pessoas diante do mercado de trabalho. Acreditamos que discutir este assunto de forma mais ampla libertaria muitas pessoas de um pensamento que as aprisiona e as deixa de mãos atadas quando pensam sobre suas condições de vida, pois possibilitaria que elas encontrassem outras formas de buscar transformar suas realidades, atacando mais precisamente os verdadeiros problemas que dificultam suas vidas. A auto culpabilização do trabalhador em relação às dificuldades que enfrenta é algo muito interessante para quem quer dar manutenção ao atual *status quo*. É uma forma interessante de controlar o povo e evitar que ele se revolte contra o que realmente lhes impossibilita ter uma vida melhor.

POPULARIZAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL

Para tentarmos compreender, mesmo que de forma sucinta, como se organizaram e se mantêm, os discursos que ligam a baixa escolaridade dos trabalhadores com suas dificuldades para conseguir um emprego, levando-os a se culparem pelos problemas que enfrentam, precisamos entender, pelo menos um pouco, como se deu o processo de popularização do ensino no país e sua ligação com o processo de industrialização nacional. Para isso, devemos retomar o contexto nacional do início do século XX.

Hoffman (1977) ao tratar do problema da mão de obra no Brasil no final do século

XIX e começo do século XX, comenta sobre o processo de industrialização que vivíamos na época. Até 1930 construímos um pequeno crescimento industrial, mas tivemos, antes de tudo, a preparação para uma modificação na estrutura da sociedade brasileira, que se acostumava com a forte presença dos imigrantes, com o fim da escravidão e com a cultura moderna. Este momento é fundamental para o seqüente processo de urbanização do nosso país, pois irá contribuir para que haja nas cidades mão de obra disponível para o efetivo desenvolvimento industrial que tivemos no país após a Segunda Guerra Mundial [4]. É neste período que o Brasil, tardiamente (ALVES, 2000), encontra-se com possibilidade de acompanhar as tendências da atual conjuntura dos países centrais, ou seja, é somente depois da metade do século passado que o Brasil começa a se adequar a Segunda Revolução Industrial, e as decorrentes transformações sociais advindas destas mudanças no sistema produtivo.

Para Teixeira (1966), o começo do século XX é um momento crucial para a compreensão da popularização do ensino no Brasil.

> É esta situação que entra em crise após a Primeira Guerra Mundial, com o encerramento da fase semicolonial de produção de matéria-prima e importação de bens de consumo e o início do processo de industrialização da sociedade brasileira. Retomou-se o fervor do início da república pela educação do povo e pela sua formação para o trabalho especializado de sua nova fase de vida. (TEIXEIRA, 1966)[5]

Esta educação para todos representa um momento de aumento do no número de educandos e em uma diminuição da qualidade da educação no país. Além disso, o modelo de educação humanista se transformou, por influência do desenvolvimento industrial, no Brasil e no mundo, em uma educação *que se batia pelo treino para a sociedade industrial*, o *industrial trainer* (TEIXEIRA, 1966).

O autor relata ainda, sobre a precarização da formação do professor brasileiro, que ocorreu devido a este fenômeno de popularização do ensino. Constroem-se, rapidamente, novas escolas, no entanto, a formação de professores para lecionar nestas novas instituições de ensino não acompanha o ritmo de suas construções.

[4] Durante o governo de Getúlio Vargas, o Brasil recebe um empréstimo americano que possibilitou a construção da CSN (Compania Siderúrgica Nacional), isso permitiu o desenvolvimento maciço do parque industrial brasileiro. Esse empréstimo se deveu ao fato do Brasil ter entrado ao lado dos Aliados na II Guerra Mundial.

[5] Como tivemos acesso a este texto somente por um site da internet, que citamos nas referência bibliográficas deste artigo, e ele não numera as páginas, não podemos citar a página do trecho reproduzido.

A saída encontrada foi a de mexer no tempo de formação destes professores, diminuindo-o e conseqüentemente, diminuindo a qualidade da educação que, além de contar com professores menos preparados, assume uma finalidade tecnicista.

Sendo o ensino básico, então, um dos treinamentos pelo qual os futuros trabalhadores deveriam passar para termos um exército de mão de obra qualificada, ficou muito fácil para as pessoas estabelecerem o nexo causal entre esses dois fatores. A quantidade de ensino acumulada passa a ser então um critério para o ingresso e o desenvolvimento profissional: quanto mais anos de educação o trabalhador conseguir acumular, melhor seria a sua colocação no mundo do trabalho. Esse tipo de pensamento foi muito comum e verdadeiro nas sociedades dos países centrais que viveram a política do Estado Providência, da Sociedade de Bem Estar e do Pleno Emprego, apoiado sobre o sistema produtivo Taylorista/Fordista. No entanto, no Brasil, esta realidade foi vivida apenas como um modelo que nunca alcançamos: uma ilusão da qual nos aproximamos nos anos dourados de nossa economia (década de setenta), mas que nunca se efetivou verdadeiramente, a não ser para uma pequena parcela de nossa população nacional (ANTUNES, 2000; ALVES, 2000). Mesmo assim, encontramos a reprodução deste pensamento por muitos mototaxistas e motoboys que entrevistamos. Não temos como medir, e nem mesmo é esse o nosso objetivo, o tamanho de sua força, mas se ele ainda existe e é repetido por muitos, se torna algo importante para análise.

É sobre este pensamento que muitas instituições de ensino superior foram criadas e são mantidas. Na década de 80, a universidade brasileira passa por um processo de *reforma modernizadora*, que previa uma democratização do ensino público, como pretexto para uma adequação à realidade econômica do país (CHAUÍ, 2001). Sob este mesmo argumento observamos na década de noventa um crescimento enorme no número de instituições de ensino superior no território nacional. Esse crescimento manteve seu ritmo assustador até o ano de 2004, quando o Ministério da Educação proibiu a abertura de novos cursos. Este crescimento quantitativo do ensino superior no Brasil não foi acompanhado de um crescimento qualitativo. A maior parte dos cursos criados, não foi capaz de atender às expectativas do programa de avaliação criado pelo MEC para controlar a qualidade do ensino superior, o extinto Provão. Um instrumento equivocado, na melhor das hipóteses, que foi imposto de forma autoritária e sem levar em consideração outros planos de avaliação do ensino superior que estavam sendo desenvolvidos

com muito critério pelas Universidades Brasileiras, como por exemplo, o PAIUB (Plano de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras).

Ao longo destas últimas décadas, observamos algumas medidas, no mínimo discutíveis, do governo, na direção da democratização do ensino superior. Pautas como a da cota para negros e para alunos advindos da escola pública, bem como a criação de cursos noturnos para faculdades que são integrais, tem agitado as discussões dentro das universidades públicas. Observamos ainda o governo utilizando o dinheiro público para garantir vagas para pessoas pobres dentro das universidades particulares e garantir também uma boa porcentagem de alunos que jamais vão atrasar ou deixar de pagar suas mensalidades. Tudo isso em nome de democratizar o ensino e as oportunidades para todos, em um momento onde passamos por uma precarização da universidade pública no país. O que exatamente estaremos democratizando? Se no passado aumentamos o número de escolas de ensino básico e por isso tivemos que diminuir o tempo de formação dos professores para fazer funcionar estas escolas, hoje em dia estamos diminuindo o tempo de formação dos professores universitários compactando os mestrados em dois anos e os doutorados em quatro. Sem dúvida alguma, estamos comprometendo ainda mais a formação destes futuros docentes, e, por conseqüência, comprometendo ainda mais a educação no ensino superior, assim como fizemos no passado com o ensino básico.

Sob o pretexto de preparar mão de obra qualificada, vimos à destruição do ensino fundamental neste país, que mergulha atualmente numa grande crise que se agrava a cada ano e que de tão severa, chega a comprometer a saúde das pessoas que trabalham com isso: principalmente a dos professores. Sobre o estado da educação nacional foi realizada uma abrangente pesquisa coordenada pelo professor Wanderley Codo (2000). Os temas desta pesquisa foram a saúde mental dos trabalhadores em educação no país e os resultados nos revelam alguns pontos preocupantes. Segundo Codo (2000), *não se sabe como preparar hoje os educadores, não se sabe qual seria o papel da educação e da instituição escolar numa situação como a atual*. Toda esta confusão acaba sendo fundamental para o adoecimento da educação nacional como um todo.

Hoje, diante da degradação do ensino superior, que se encontra atrelado às determinações de uma modernização que atende a interesses econômicos e políticos do mercado, *produzindo incompetentes sociais* e exército de mão-de-obra excedente, vulgo desempregados (CHAUÍ, 2001), vemos

surgir um discurso preocupante em nossa sociedade e, por incrível que pareça, um discurso que ganha força dentro das universidades. Ele se aproveita da fragilidade do momento que vive o ensino superior para subverter novamente a realidade, afirmando que os recém-formados não conseguem emprego porque o nível da formação que receberam foi muito ruim. Sobre isto, somos obrigados a concordar em partes, pois comentamos acima sobre a degradação do ensino superior que se apresenta em curso no país, mas não podemos concordar, não aceitamos este fato como o único motivo para que os formandos não consigam se empregar nas áreas de trabalho que escolheram, ou até mesmo, em outra qualquer, e sejam obrigados a fazerem trabalhos voluntários ou trabalhos precários para não ficarem totalmente desocupados.

Para tentarmos nos libertar destes discursos e conseguirmos pensar em uma melhora na qualidade do ensino neste país, talvez devêssemos mudar nosso entendimento sobre o que é educação e qual é a sua finalidade. Caruso (2002) fala sobre a necessidade que temos em repensar o objetivo da educação neste país, segundo a autora, devemos investir em uma educação que possibilite a compreensão e o exercício da cidadania, o reconhecimento do outro, o fim do incentivo ao individualismo e a aposta na cooperação.

> Assim, resgatar o que compete a cada indivíduo, no processo de reorganização social e dos direitos dos indivíduos e da família, é uma questão de educação: um ato político, social, econômico e, principalmente, de formação de consciência crítica. (CARUSOCaruso, 2002, p. 88)

Esta proposta nos faz lembrar as idéias de Mészários (2008) e sua proposta para uma efetiva transformação da educação[6], no entanto fica difícil imaginar o que faríamos em um país que a pouco conseguiu se livrar de um regime autoritário de governo militar para cair no regime autoritário do mercado globalizado, pois, se antes não tínhamos liberdade de expressão, hoje temos um enorme índice de desemprego, de miséria, de concentração de renda, de fome e isto também não é de alguma forma um cerceamento a liberdade de expressão? Como ensinar um povo que não come? Como ser cidadão de barriga vazia?

A dificuldade de grande parte da população, como alguns mototaxistas e motoboys que entrevistamos, em compreender os problemas com que se deparam no mercado de trabalho vem, então, de uma ligação feita no começo da

[6] Em Educação para Além do Capital (2008), Mészários nos propõe que uma mudança efetiva na educação não significa somente mudarmos o que acontece dentro da escola, mas sim toda a realidade social, política e econômica.

popularização do ensino no país: educação para o trabalho; e se agrava e muito com a conseqüente precarização a que isso nos levou. Uma escola que não prepara cidadãos, mas sim pessoas para ocupar postos de trabalhos, não leva em conta uma preparação para que os alunos possam fazer uma leitura crítica sobre a sociedade, suas transformações políticas e econômicas. Não possibilita, nem mesmo uma leitura crítica sobre si mesma, seu papel e sua história. Faz com que as pessoas se tornem reféns – por não compreendê-la - de uma nova transformação política e econômica que atinge diretamente o mundo do trabalho, diminuindo os postos de trabalho com todos os direitos trabalhistas preservados e aumentando o número de trabalhos precários e do desemprego.

Estas transformações trazem consigo uma série de ideologias que visam esconder os prejuízos que trazem à população em geral culpando-a pelo seu fracasso diante de um mercado de trabalho perverso e para poucos. Alencar (2007) analisa o aumento, na década de noventa, de apoio e incentivo aos pequenos empreendimentos econômicos no Brasil, através de políticas públicas que vem desde o governo de Fernando Henrique Cardoso até o governo Lula. Tais incentivos seriam, para a autora, uma forma negativa de inserção dos desempregados no mercado de trabalho. Agindo desta maneira, o Estado encobriria os conflitos atuais gerados pelas políticas neoliberais associadas à reestruturação produtiva, pois através da disseminação da ideologia do auto-empreendendorismo, esconde a deficiência em gerar postos de trabalho. Isso escamotearia também, a lógica neoliberal que visa transformar as relações humanas em relações mercadológicas de troca e venda, tendo como principal conseqüência para os trabalhadores a auto-culpabilização por não encontrar, nessa sociedade, uma colocação de trabalho, ou uma fonte de renda, já que para o espírito empreendedor basta ter força de vontade e se capacitar para conseguir se tornar uma pessoa rentável e incluída. Este discurso acaba por acentuar a parcial compreensão de que para alcançarmos sucesso no mundo do trabalho só dependemos de nos mesmos e de nossos esforços. Como historicamente associamos o empenho em acumular anos de escolarização com a possibilidade de melhores condições de trabalho e renda, isso tem fortalecido a falaciosa equação que citamos acima e reafirmado a auto culpabilização dos trabalhadores por suas situações de trabalho precário e/ou desemprego.

UMA OUTRA EXPLICAÇÃO PARA O TRABALHO PRECÁRIO E O DESEMPREGO

Para podermos contribuir com uma discussão que vise à construção de uma nova

possibilidade de explicação para o trabalho precário e o desemprego enfrentado por grande parte da população, necessitamos, então, ter um maior esclarecimento sobre a história do próprio trabalho e o contexto econômico e político em que ele se insere atualmente. Não pretendemos aqui narrar amplamente a história do desenvolvimento da sociedade e sua relação com o desenvolvimento do trabalho, como fez Méda (2004). Contudo, pensamos que retomar alguns fatos que ocorreram no século passado é de suma importância para o que pretendemos argumentar neste artigo: que justificar a falta de emprego pela baixa escolaridade dos trabalhadores é uma argumentação falsa e mal intencionada.

Depois da segunda guerra mundial, o mundo vê os EUA assumir sua posição de potência industrial hegemônica (POCHMANN, 2001b). É neste momento que os americanos desenvolvem um plano de reconstrução e desenvolvimento econômico e social[7] para os países que não faziam parte do bloco socialista, que era liderado pela extinta União Soviética. Os países capitalistas vivem um momento de grande desenvolvimento neste período, que é marcado por uma política que privilegiava a intervenção do Estado sobre a economia e sobre o desenvolvimento social. Nesta época o emprego, a seguridade social e a educação eram para todos. Esta fase dura até a década de sessenta quando este tipo de organização começa a apresentar problemas e a economia mundial começa a mergulhar em uma crise.

Esta crise só seria solucionada no final da década de sessenta e início da década de setenta, com a automação, que permite uma nova organização do sistema produtivo, o que vinha desembocar na terceira Revolução Industrial (ALVES, 2000). Além disso, o mundo começa a se reorganizar politicamente. Entram em cena as idéias do Neoliberalismo econômico e da Globalização[8]. Podemos dizer que estes três fatos, a Terceira Revolução Industrial, a retomada da Globalização e do Liberalismo Econômico, são fundamentais na produção da atual configuração do mundo do trabalho.

O Brasil como todos os outros países do mundo, sentirá os reflexos desses acontecimentos que atingem, principalmente, Europa e Estados Unidos, mas essas transformações vão demorar mais ou menos uma década para nos atingir. Nosso país, como nos aponta Alves (2000), tem um desenvolvimento industrial tardio e vive durante a década de setenta um

[7] É o momento do Plano Marshall e das políticas Keynesianas do Estado de Bem Estar Social. Estes planos de desenvolvimento econômico, político e social, buscavam possibilitar o desenvolvimento de um mundo capitalista rico e uma sociedade do pleno emprego e da seguridade social, onde o Estado regularia a economia e a vida dos cidadãos. Um mundo baseados nos paradigmas da sociedade industrial.

[8] É importante ressaltar, como afirma Fiori (2000) que a globalização não é algo recente que surge na década de setenta. Segundo este autor as idéias de um mercado global surgem juntamente com o Capitalismo no final do Século XIV.

momento de grande desenvolvimento econômico e com muitas oportunidades de emprego e só vai entrar efetivamente em contato com as transformações exigidas pela nova ordem mundial na década de oitenta.

Esse contato com esta nova ordem significa para as questões do trabalho no Brasil uma enorme diminuição nos postos de trabalho no setor industrial e um grande desenvolvimento do setor de prestação de serviços (POCHMANN, 1999). O grande problema é que o setor de serviços não cresceu no mesmo ritmo que diminuiu o setor industrial, deixando de absorver um enorme número de trabalhadores que não conseguiriam encontrar mais colocação no mercado de trabalho, já que o tipo de trabalho que realizavam foi totalmente substituído por máquinas, ou as tecnologias que estes dominavam, se tornaram obsoletas. Esse fenômeno é denominado por Singer (1998) de desemprego estrutural.

Se junta a tudo isso as flexibilizações das leis do trabalho, que permitiram a criação de novos contratos, e o ingresso da mulher no mercado de trabalho na década de oitenta (ANTUNES, 1999). As novas leis (flexibilizadas) possibilitaram o surgimento daquilo que denominamos de subempregos ou trabalhos precários que não resguardam os direitos fundamentais dos trabalhadores, como, por exemplo: carteira assinada, férias, décimo terceiro entre outros. Segundo Pochman (1999), de 1980 a 1991 de cada cem empregos gerados, apenas um era registrado, ou seja, mantinha, integralmente, todos os direitos dos trabalhadores. Quanto à entrada das mulheres na disputa pelo mercado de trabalho, isso representa um grande crescimento de mão de obra em um momento de diminuição dos postos de trabalho, o que leva ao afastamento, principalmente dos mais jovens e dos mais velhos, das novas possibilidades. Antunes (1999) ressalta ainda, que são as mulheres que ocupariam a maior parte dos trabalhos precários.

Essa crise do emprego é um fenômeno mundial, não sendo, portanto, uma exclusividade de nosso país. No entanto, é preciso ressaltar que existe uma divisão de trabalho no mundo e que esta não é só quantitativa, mas também é qualitativa. Sabemos que os países mais pobres apresentam os maiores índices de desemprego, mas, além disso, dos poucos postos de trabalho que temos, possuímos os piores, quando nos comparamos aos países desenvolvidos (POCHMANN, 2001b). Muitos dos trabalhos que desenvolvemos aqui e que são importantes para a cadeia produtiva mundial não são admitidos pela sociedade dos países mais desenvolvidos. Isso sem falar nas questões de remuneração.

Em nossas pesquisas, pudemos notar que, tanto as categorias de mototaxista como

a de motoboy crescem significativamente no meio da década de noventa, o que nos possibilita pensar a importância destas transformações econômicas e políticas para a vida de milhares de brasileiros. Estas profissões se configuram como atividades precárias e altamente arriscadas e que fazem crescer o número dos postos de trabalhos criados no setor de serviços no Brasil. No entanto, o crescimento destas duas profissões aconteceu e aconteceria a revelia da falta de escolarização das pessoas que se dedicam a sua realização. Segundo Pochmann (2001a), nem mesmo a escolarização pode ser responsável por evitar que as pessoas tenham que se submeter ao trabalho precário e ao desemprego.

É fato que a escolarização não poderia evitar o aumento no número de pessoas que se dedica a trabalhos precários ou que se encontra em situação de desemprego, mas a educação poderia possibilitar a elas uma melhor compreensão da conjuntura política e econômica e suas implicações no mundo do trabalho e na sociedade como um todo. No entanto, sabemos que nossa educação se pautou em uma formação voltada para a produção de trabalhadores aptos para a industrialização, que acontecia em nosso país e assim como todas as outras preparações para este fenômeno, que ocorreram aqui, ela se baseou nos interesses do capital e não nos interesses do povo brasileiro e sua emancipação e autonomia. Como nos aponta Mészários (2008), reproduzimos uma educação para o capital, o que dificulta para muitas pessoas vislumbrar uma alternativa para suas vidas que não passe por uma maior capacitação para o trabalho, sem, no entanto, criticar essa educação e esse mundo do trabalho. Nossa formação escolar, por mais que acumulemos muitos anos dela, além de não garantir uma boa colocação no mercado de trabalho, não é garantia de que possamos vir a compreender, de forma total, a complexidade das conjunturas que organizam nosso cotidiano. Pelo contrário, como nos aponta o autor, na maioria das vezes, corremos o risco de ver o mundo a partir do *status quo* sustentado pela atual escola, ou seja, de maneira parcial, obedecendo aos interesses da reprodução capitalista.

Tudo isso nos faz pensar que é este o motivo pelo qual encontramos junto aos trabalhadores, em nossas pesquisas, a repetição de uma equação equivocada (pois é parcial e tendenciosa) e perversa (pois culpabiliza o próprio trabalhador pelas desventuras da conjuntura econômica e política) sobre a relação entre os anos de escolarização e as possibilidades de colocação no mercado de trabalho. Para transformarmos esta percepção não bastaria transformar a escola e seus métodos de educação, mas sim reconstruirmos toda a

nossa sociedade (MÉSZÁRIOS, 2008). Propor uma nova teoria explicativa para o desemprego e os trabalhos precários enfrentados pelos trabalhadores passaria então, pela construção de uma nova realidade social, política e econômica, onde, tanto a escola como o trabalho sirva como possibilidade de desenvolvimento da autonomia do homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que as reflexões aqui apresentadas possam contribuir para as discussões que pretendem jogar luz sobre as conexões destas duas instâncias tão centrais de nossa sociedade: trabalho e educação. Elas contêm questões muito problemáticas e que têm sido destacadas como alvo de ação transformadora: a precarização das relações humanas, a banalização da injustiça social e tantas outras coisas que denotam nossa pouca habilidade para produzirmos um mundo mais igual e mais justo para todos. Tais questões denotam, também, a nossa grande habilidade para construir explicações parciais da realidade que passam a ser reproduzidas e tomadas como verdades, o que acaba contribuindo para a naturalização desta equação falsa e perversa: quanto mais estudo, melhor a colocação no mercado de trabalho. Isso tem contribuído para aprisionar as pessoas em um estado de sofrimento que julgam serem incapazes de subverter já que, enquanto eram crianças, ou adolescentes, em tese, não realizaram o projeto que a sociedade construiu para elas. E agora que são adultos, não encontram a menor possibilidade de retomar esse "plano social", pois se veem mergulhados em um mercado de trabalho que também não favorece a construção social de cidadãos e que repete a mesma equação.

Assim como as nossas escolas, o restante de nossa sociedade, mergulhado na lógica neoliberal, não favorece a constituição de pessoas vinculadas à edificação humana em sua totalidade, mas unicamente no que tange ao aspecto profissional. Isso nos coloca diante do fato de que se o sujeito falha profissionalmente, ou ocupa um tipo de posto de trabalho desvalorizado pelos membros da sociedade, se sente um cidadão de segunda categoria e, o pior de tudo, não consegue encontrar maneiras para transformar esta realidade, passando a assumir a autoria solitária de seus infortúnios.

Desta forma, acreditamos que a destruição da ligação estudada neste artigo é fundamental para a construção de uma sociedade melhor: com uma educação fundada em outras bases e valores diferentes do que temos e com um mundo do trabalho que permita a continuação da construção de um sujeito autônomo e comprometido com o desenvolvimento de seu país.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. M. T. O apoio às pequenas unidades produtivas no Brasil: alternativa ao desemprego ou (dês) construção do trabalho assalariado no Brasil? In: FRANCISCO, E. M. V.; ALMEIDA, C. C. L. **Trabalho, território e cultura**. São Paulo: Cortez, 2007.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

CARUSO, I. A. Cidadania e profissão. In: FERRI, L. M. G. C**. Educação, sociedade e cidadania**. Londrina: Levino Bertan, 2002.

CASTRO, M. F. **Asas do trabalho**: um estudo do sofrimento no trabalho dos mototaxistas. 2004. 99 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Trabalho) - Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho, Universidade do Estado de São Paulo, Assis.

_____. **Os motoboys de São Paulo e a produção de táticas e estratégias na realização das práticas cotidianas.** 2010. 175 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CHAUÍ, M. S. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: EDUNESP, 2001.

CODO, W. (coord.) **Educação, carinho e trabalho:** burnout, a síndrome da resistência do educador, que pode levar a falência da educação. Petrópolis: Vozes, 2000.

FIORI, J. L. Utopia e contradições do capital nos tempos de globalização. In: KRAYCHET, G.; LARA, F.; COSTA, B. (orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, R.J.: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvados: CESE: USCAL, 2000.

HOFFMANN, H. **Desemprego e subemprego no Brasil**. São Paulo: Ática, 1977.

MÉDA. D. ***Le travail*.** Paris: PUF, 2004.

MÉSZÁRIOS, I. **Educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

POCHMANN. **Trabalho sob fogo cruzado:** exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **A metrópole do trabalho.** São Paulo: Brasiliense, 2001a.

_____. **O emprego na globalização:** a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001b.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnósticos e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

TEIXEIRA, A. O problema de formação do magistério. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Brasília, v.46, n.104, out./dez. 1966. p.278-287. Disponível em: <www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/formagist.html>. Acesso em : 05/05/2011

Recebido para publicação em 08/06/2011
Revisado em 02/10/2013
Aceito em 09/04/2014